

De: SESAN.

Para: Secretaria de Administração e Logística/COPELI.

Assunto: Recurso – Pregão Presencial nº 229/2022 PMN.

Recorrente: SIM Comércio e Serviços Ltda..

I. SÍNTESE DO RECURSO:

Trata-se de recurso apresentado pela empresa SIM Comércio e Serviços Ltda., requerendo pontualmente que seja reformada a decisão que inabilitou a mesma, pois segundo informa, possui qualificação técnica adequada para participação do certame.

Em contrarrazões a empresa RBI Construções Eirele argumentou que a empresa Recorrente merece permanecer inabilitada, pois não apresentou o Atestado de Capacidade Técnica na forma contida no edital, além de não apresentar a Certidão de Atestado Técnico.

II. MANIFESTAÇÃO:

A exigência de apresentação de Atestado de Capacidade Técnica contida no item “c” da cláusula 5.5.1 do edital prevê a comprovação acervo quanto ao serviço de **“deslocamento no cavalete, com quantitativo mínimo de 50 unidades”**.

Ao analisar com mais acuidade os argumentos trazidos pela Recorrente, e, considerando que a mesma já prestou serviços análogos em anos anteriores para esta Secretaria, é notório que esta executou os serviços de **deslocamento no cavalete** nos contratos números 002/2015, 301/2015 e 312/2018.

A empresa RBI rebate tal situação, argumentando, em síntese, que não foram apresentados os Atestados para demonstração de apenas um item (deslocamento de cavalete), e que a administração deve se ater ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, e que esta regra deve se sobrepor a melhor proposta neste caso.

Como acima discorrido, a empresa recorrente apresentou os Atestados da própria SESAN, onde não constou apenas um item, de deslocamento de cavalete, sendo que este serviço foi efetivamente prestado pela mesma nos contratos citados.

A celeuma poderia inclusive ser diligenciada pela própria Comissão, visto permissivo legal constante no art. 43, §3º, da Lei de Licitações.

Por isso, compartilhamos com o entendimento do TCU quanto a interpretação das normas editalícias, pacificado na decisão abaixo:

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. SUSPENSÃO CAUTELAR DA ASSINATURA DO CONTRATO. OITIVA. DILIGÊNCIAS. NÃO-OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, COMPETITIVIDADE E PROPORCIONALIDADE. OFENSA AO INTERESSE PÚBLICO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO COM VISTAS À ANULAÇÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO DE EMPRESAS E DA AJUDICAÇÃO DO OBJETO, COM VISTAS AO SEGUIMENTO DO CERTAME. DETERMINAÇÕES. JUNTADA DOS AUTOS ÀS CONTAS ANUAIS. 1. A ampliação da competitividade é princípio norteador do pregão e vem expressamente albergado no caput e no parágrafo único do art. 4º do Decreto n.º 3.555/2000. 2. **As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação**” (TCU 00225120085, Relator: ANDRÉ DE CARVALHO, Data de Julgamento: 04/06/2008) – GRIFAMOS.

No mesmo sentido, encontramos decisões do nosso Tribunal de Justiça de Santa Catarina quanto a aplicação do art. 43, §3º, da Lei de Licitações, na busca da melhor seleção sobre o formalismo exacerbado, vejamos:

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. **PREGÃO PRESENCIAL**. CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA. EMPRESA LICITANTE QUE APRESENTOU PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS ORÇANDO TRIBUTOS COM ALÍQUOTAS EQUIVOCADAS. DESCLASSIFICAÇÃO SUMÁRIA. ILEGALIDADE. **POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO DO DOCUMENTO. APLICAÇÃO DO ART. 43, § 3º, DA LEI N.º 8.666/93 AO PREGÃO PRESENCIAL, NOS TERMOS DO ART. 9º DA LEI N.º 10.520/02.** PROMOÇÃO DE DILIGÊNCIA DESTINADA A ESCLARECER OU A COMPLEMENTAR A INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO. INEXISTÊNCIA DE FACULDADE DA COMISSÃO LICITANTE. DEVER-PODER DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO. ERRO DE CÁLCULO QUE TRADUZ VÍCIO FORMAL. **CORREÇÃO ADMITIDA**, ASSEGURADO O VALOR GLOBAL DA PROPOSTA. **PREVALÊNCIA DA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA SOBRE O FORMALISMO EXACERBADO**. ART. 3º, CAPUT, DA LEI N.º 8.666/93. APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA DESPROVIDAS. **"Os esforços devem ser no sentido de reconhecer a adequação dos atos praticados por licitantes, evitando-se que o certame seja conduzido como uma gincana destinada a prestigiar o particular mais gabaritado nos ritos burocráticos.** As solenidades são relevantes na mesma medida em que atendam ao interesse público verdadeiro, não às servilidades formais da Administração ou dos outros partícipes" (TJSC, Apelação Cível n.º 5001850-48.2019.8.24.0081, de Xaxim, rel. Des. Hélio do Valle Pereira, Quinta Câmara de Direito Público, j. 23.02.21). (TJSC, Apelação / Remessa Necessária n. 5005074-95.2020.8.24.0036, do Tribunal de Justiça de Santa

Catarina, rel. Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, Segunda Câmara de Direito Público). (TJ-SC - APL: 50050749520208240036, Relator: Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, Data de Julgamento: 22/02/2022, Segunda Câmara de Direito Público)

MANDADO DE SEGURANÇA. **PREGÃO PRESENCIAL.** COMPLEMENTAÇÃO DAS CERTIDÕES DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONCORRENTE VENCEDORA, APRESENTADAS QUANDO DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO DA SEGUNDA COLOCADA, ORA IMPETRANTE. FACULDADE PREVISTA NO § 3º DO ART. 43 DA LEI DE LICITAÇÕES, EM NÃO SE TRATANDO DE DOCUMENTO NOVO. SEGURANÇA DENEGADA. "Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos: (...) § 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta". **Se os documentos apresentados pelo particular ou as informações neles contidas envolverem pontos obscuros - apurados de ofício pela Comissão ou por provocação de interessados -, a realização de diligências será obrigatória.** Ou seja, não é possível decidir a questão (seja para desclassificar o licitante, seja para reputar superada a questão) mediante uma escolha de mera vontade. **Portanto, a realização da diligência será obrigatória se houver dúvidas relevantes"** (Marçal Justen Filho in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª ed., São Paulo: Dialética, 2012, p. 692). (destaque não constante d original). (TJ-SC - MS: 20150404338 Capital 2015.040433-8, Relator: Cesar Abreu, Data de Julgamento: 09/12/2015, Grupo de Câmaras de Direito Público)

Resta demonstrada que a inconformidade da Recorrente tem procedência, ao passo que esta prestou serviços a esta Secretaria em anos anteriores, abarcando



inclusive o serviço de deslocamento de cavalete, em quantidades que atendem ao mínimo exigido no edital.

Não reconhecer tal fato seria impor rigor excessivo à licitante Recorrente, sobretudo, pois, a sua proposta foi a mais vantajosa para a administração.

III. CONCLUSÃO:

Desta feita, feita esta manifestação, entendemos que recurso deve ser DEFERIDO, requerendo que seja feita a devida retificação, S.M.J.

Navegantes, 27 de fevereiro de 2023.

Atenciosamente,

VALÉRIO CESAR GONZAGA DE CAMPOS
Secretário de Saneamento Básico

